

Febre amarela em Sergipe: relações de poder no contexto da epidemia de 1919

Matheus Honorato da Silva Santos^I

Resumo: A presente pesquisa objetiva delinear a progressão de uma epidemia de febre amarela no estado de Sergipe, estabelecendo-se como recorte temporal o ano de 1919. Propõe-se analisar as ações dos poderes públicos estadual e federal perante o contexto epidêmico, com enfoque nos atritos ocasionados por divergências que opuseram autoridades políticas e sanitárias no que concerne à comprovação ou refutação dos casos suspeitos da referida doença no âmbito local. Periódicos sergipanos veiculados à época constituirão o aparato de fontes utilizadas, e a investigação se conduzirá por discussões teórico-metodológicas suscitadas por alguns autores que examinam a problemática da febre amarela e outras doenças no Brasil e em Sergipe.

Palavras-chave: Crise Sanitária; Epidemia; Febre Amarela; Poder Público; Sergipe.

Yellow fever in Sergipe: power relations in the context of the 1919 epidemic

Abstract: This research aims to outline the progression of a yellow fever epidemic in the state of Sergipe, establishing the year 1919 as a time frame. It proposes to analyze the actions of the state and federal public authorities in the face of the epidemic context, focusing on the friction caused by divergences that opposed political and health authorities regarding the proof or refutation of suspected cases of the aforementioned disease at the local level. Sergipe periodicals published at the time will constitute the source apparatus used, and the investigation will be guided by theoretical and methodological discussions raised by some authors who examine the problem of yellow fever and other diseases in Brazil and Sergipe.

Keywords: Health Crisis; Epidemic; Yellow Fever; Government; Sergipe.

Considerações preliminares

Eram meados do ano de 1919 quando o espectro da febre amarela despontou em Sergipe. A essa altura, sucessivas crises sanitárias no estado já haviam revelado a ineficiência do aparato médico-hospitalar local, além do descaso do governo estadual com a saúde pública.^{II} A chegada do “mal amarílico” em terras sergipanas incutia na sociedade o temor de uma nova epidemia, considerando a recorrência dos surtos pestilenciais, os quais comumente se manifestavam com intervalos breves. Sergipe ainda se restabelecia do cenário epidêmico da gripe espanhola^{III}, que transcorreria no estado no último trimestre do ano precedente, acometendo por volta de 25 mil pessoas e ceifando quase mil vidas, conforme os dados estatísticos oficialmente divulgados^{IV}. Tais dados, porém, camuflavam a real amplitude das enfermidades, tendo em vista a imprecisão dos métodos então aplicados com vistas ao registro de casos e de óbitos decorrentes dos surtos, o que, por conseguinte, ocasionava o insidioso problema da subnotificação.

A historiografia sergipana é escassa de análises respeitantes à dinâmica das relações de poder no tocante a contextos de progressão de epidemias específicas. Posto isso, justifica-se a relevância deste artigo, que pretende descortinar as nuances da intrincada relação estabelecida entre três elementos básicos, quais sejam o poder público, a sociedade e uma epidemia de febre amarela. No caso examinado, destaca-se um aspecto comum em circunstâncias de epidemias, a atitude de negação por parte das autoridades, postura tal que fora adotada, inclusive, pelo então governante, o coronel José Joaquim Pereira Lobo, que, além de desmentir os rumores acerca da presença da febre amarela em Sergipe, contestava publicamente as notificações registradas por uma comissão sanitária designada pelo Governo Federal para atuar no estado.

Definiu-se como recorte temporal o ano de 1919, precisamente, devido ao fato de as buscas em arquivos públicos por fontes históricas concernentes a epidemias progressas de febre amarela – em particular, a do ano de 1850 – ter sido lamentavelmente improficua. Por outro lado, ressalta-se que o recorte em questão se faz conveniente para deslindar o comportamento das autoridades políticas e sanitárias sergipanas perante uma crise epidêmica sucedida em uma época na qual o estado ainda se encontrava desprovido de estrutura eficaz de assistência médica. A própria capital Aracaju passava por uma fase de aparelhamento sanitário que dotara a cidade de uma rede de abastecimento de água, em 1909, e outra de esgotamento, em 1914. É de se pontuar, contudo, a insuficiência dessas medidas para mitigar a insalubridade.

Foram submetidas a análise edições dos jornais sergipanos *Correio de Aracajú*, *Diário da Manhã*, *Estado de Sergipe*, *Jornal do Povo*, *O Imparcial* e *Século XX*, além do *Diário Oficial do Estado de Sergipe*. Os periódicos foram consultados presencialmente no Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes) e na Biblioteca Pública Estadual Epiphânio Dória (BPED), e também virtualmente no endereço eletrônico jornaisdesergipe.ufs.br, um projeto de digitalização de jornais mantido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS). A fundamentação teórica se constitui por autores como Jaime Benchimol^V, Ilana Löwy^{VI}, Sidney Chalhoub^{VII}, e Antônio Samarone Santana^{VIII}, além de se pautar, ainda, em importantes discussões apresentadas por Nicolau Sevckenko^{IX}, Drauzio Varella^X e Antonio Lindvaldo Sousa^{XI}.

A problemática da febre amarela em Sergipe evidentemente não se esgotará no espaço exíguo de um artigo; outras pesquisas doravante empreendidas poderão elucidar certas questões relacionadas com o tema trabalhado e preencher as lacunas que decerto permanecerão.

Apontamentos sobre a febre amarela no Brasil antes da epidemia de 1919

“A Barbosópolis é toda ela um enorme viveiro de mosquitos”. Assim declarava um articulista do hebdomadário sergipano *Século XX* na edição de 6 de julho de 1919. Tais palavras mordazes maldiziam a precariedade do saneamento de Aracaju, cidade fundada em 1855 pelo ex-presidente da província de Sergipe Inácio Joaquim Barbosa, cuja alcunha, como se nota, foi jocosamente enunciada pelo jornal. Referindo-se à situação de insalubridade que perdurava na urbe desde o princípio da sua existência, denunciava-se: “O terreno sobre que assenta a nossa capital era, ainda há meio século, um extenso pantanal [...] onde se levantaram as primeiras cabanas. E, atualmente, o Aracaju quase não passa disto”. Adiante, tendo exposto o aspecto de vulnerabilidade da cidade à proliferação de doenças e reprovando a realização de obras de mero embelezamento urbano, exclamava o contundente redator que “sanear uma cidade, deixando-a na condição de imenso viveiro de mosquitos! Não é possível”.^{XII}

Presumimos que foi o mesmo jornalista inominado que, duas semanas depois, retomaria, em novo texto, a problemática do saneamento, questionando, com a veemência de praxe: “Para onde iremos nós, se não formos amparados na nossa desgraça pelos poderes públicos? Qual será o futuro deste povo, se o governo não meter ombros à empresa de sanear o Estado?”.^{XIII} No número seguinte do jornal, o obstinado articulista tornaria a aparecer, insistindo no espinhoso assunto: “Levamos aqui uma vida precária [...] sugados por uma aluvião de mosquitos de todas as espécies, que, além de nos roubarem o sangue e o repouso da noite, inoculam-nos moléstias gravíssimas, de que sucumbe a mor parte da nossa população”.^{XIV} Convém ressaltar que o redator do semanário não escolhera ao acaso a pauta das matérias aqui mencionadas, considerando-se que, nesse contexto, Sergipe enfrentava uma sucessão de surtos epidêmicos, sendo um exemplo notável a propagação da gripe espanhola no decurso do último trimestre de 1918.

A chegada de 1919 prenunciava nova sequência de epidemias entre os sergipanos, dentre as quais a de febre amarela se destacaria devido a uma interessante querela protagonizada por autoridades políticas e sanitárias, característica elementar sobre a qual logo nos debruçaremos. De todo modo, o mosquito transmissor do tifo “amarílico” ou “icteroide” – para citarmos apenas algumas das variações de nomenclatura – pousaria nas páginas dos jornais locais, fazendo-se presente em diversos textos da imprensa, como os três que anteriormente citamos. E conforme verificaremos, a insalubridade aludida pelo enfático articulista do jornal *Século XX* constituiria um fator preponderante para o recrudescimento de certas enfermidades em Sergipe.

Para compreendermos o que se sucedeu localmente, faz-se relevante contextualizar, em largos traços, algumas questões elementares respeitantes ao nosso objeto de estudo, tais como as condições sanitárias prevalentes no Brasil entre meados do Império e os primeiros decênios da República, além das epidemias precedentes à de 1919, com enfoque na febre amarela. Proporemos, em seguida, uma breve reconstituição dos avanços concernentes à descoberta da etiologia da febre amarela no campo científico internacional, e aos esforços empreendidos pela medicina brasileira no tocante ao desenvolvimento de imunizantes eficazes para combater essa doença. Pontuaremos, de antemão, que, historicamente, a população pobre foi, *grosso modo*, a mais afligida pelas moléstias epidêmicas, tese que a seguir elucidaremos.

A noção segundo a qual as classes pobres representavam uma ameaça para a sociedade é deslindada pelo historiador Sidney Chalhoub, que investiga a correlação existente entre as habitações coletivas conhecidas como “cortiços” e a irrupção de epidemias na Corte imperial. Consoante o autor, esse tipo de moradia popular proliferou no Rio de Janeiro entre as décadas de 1850 e 1860 em conformidade com a elevação do fluxo imigratório de portugueses no Brasil e o aumento da obtenção de alforrias por negros escravizados. A composição social dos cortiços

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

era marcada pela convivência de pobres em ambientes insalubres, e o “perigo” associado aos moradores de tais habitações seria incorporado ao imaginário político brasileiro da época por meio de uma construção metafórica da “doença contagiosa”. De acordo com essa visão, as classes perigosas se reproduziriam indefinidamente caso os filhos se expusessem aos “vícios” dos seus pais. Chalhoub esclarece, ainda, que a população pobre residente nos cortiços passaria a representar um risco literal de contágio, visto que os seus hábitos eram alegadamente nocivos à sociedade também do ponto de vista sanitário, o que transformava as residências coletivas em espaços propícios ao surgimento de focos epidêmicos.^{XV} Tratando-se da Corte imperial:

Uma epidemia de febre amarela, em 1850, e outra de cólera, em 1855, elevaram bastante as taxas de mortalidade e colocaram na ordem do dia a questão da salubridade pública, em geral, e das condições higiênicas das habitações coletivas, em particular. Foi criada então a Junta Central de Higiene, órgão do governo imperial encarregado de zelar pelas questões de saúde pública, e a Câmara Municipal da Corte passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência das habitações coletivas.^{XVI}

Referindo-se à cidade do Rio de Janeiro, mas avançando no tempo, o historiador Nicolau Sevcenko explica que mesmo no fim do século XIX a capital da República ainda era acometida por frequentes endemias, as quais afetavam mais intensamente os estrangeiros, pelo fato de eles não possuírem os anticorpos já desenvolvidos pela população local.^{XVII} Como atesta Sevcenko, “o Rio apresentava focos permanentes de difteria, malária, tuberculose, lepra, tifo, mas suas ameaças mais aflitivas eram a varíola e a febre amarela, que todo verão se espalhavam pela cidade como uma maldição”.^{XVIII} Com o propósito de sanar esses e outros problemas, recorreu-se à execução de algumas medidas simultâneas, contratando-se uma equipe de profissionais de renome para realizá-las. Ao longo desse processo, a paisagem da cidade sofreria modificações consideráveis em prol de um ideal civilizatório pautado no progresso e na modernização.^{XIX} Nesse ínterim, as autoridades recebiam autorização para evacuar – e eventualmente demolir de forma compulsória – as habitações coletivas situadas na área central, dentre as quais os cortiços, “porque eles cerceavam o acesso ao porto, porque comprometiam a segurança sanitária, porque bloqueavam o livre fluxo indispensável para a circulação numa cidade moderna”.^{XX} Tratava-se, segundo o autor, da chamada ditadura do “bota-abaixo”, nomenclatura alusiva à destruição daqueles espaços sem o oferecimento de indenizações aos despejados e seus familiares.^{XXI}

Se a Capital Federal lidava recorrentemente com crises sanitárias, as demais localidades do Brasil apresentavam quadros ainda mais alarmantes no quesito saúde pública. Um panorama pormenorizado, focalizado na situação das zonas rurais brasileiras, foi engendrado pelo médico sanitário mineiro Belisário Penna, dirigente de uma campanha de saúde da qual figurou como o mais ativo militante, a Liga Pró-Saneamento, criada em 1918. O seu testemunho, referente a uma excursão de sete meses pelos sertões da Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás, percorrendo, posteriormente, outros estados, resultaria, ainda naquele ano, na publicação de *Saneamento do Brasil*, livro em que estabeleceu pontos de convergência entre doenças e fatores sociais, como a miséria, a ignorância, o analfabetismo e a marginalização.^{XXII} Ao delinear um painel calamitoso que, a seu ver, constituía a “trágica epopeia da vida sertaneja”^{XXIII}, Belisário Penna adverte:

Num país de doentes e de analfabetos, como o Brasil, a preocupação máxima, primordial, de governantes conscientes deveria ser a do saneamento físico, moral e intelectual dos seus habitantes. Não há prosperidade, não pode haver progresso entre indivíduos ignorantes, e muito menos quando à ignorância se juntam a moléstia e os vícios, o abatimento físico e intelectual [...].^{XXIV}

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

Depreendemos, a partir da expressa convicção do médico sanitарista, que as moléstias físicas que assolavam os sertões brasileiros advinham da degradação moral dos seus habitantes, aspecto que tendia a se agravar devido à conduta de negligência dos poderes públicos.

No caso sergipano, a saúde pública se submetia ao desamparo das autoridades locais ao menos até as primeiras décadas do período republicano. Nesse sentido, Antônio Samarone Santana salienta que as ações de ordem sanitária implementadas no decurso da segunda metade do século XIX, na então província de Sergipe, limitavam-se à prestação de socorro aos pobres e indigentes vitimados por epidemias e ao funcionamento precário dos hospitais de caridade.^{XXV} Já no que tange à Primeira República, pontua o autor que, apesar da destinação de recursos do poder público para o combate às chamadas “doenças pestilenciais” – febre amarela, malária, varíola, peste bubônica, entre outras –, a estrutura do âmbito sanitário permaneceria ineficiente e relegada ao descaso governamental com a salubridade.^{XXVI} Em que pese o cenário descrito por Santana, o autor assinala que “a assistência hospitalar em Sergipe era a antessala da morte” e conta que “corria o ‘boato’ de que aos doentes, em situação mais grave, era ministrado o chá da meia-noite, uma poção venenosa que apressava o fim da vida daquela alma sofredora”.^{XXVII}

Em 1892, criou-se em Aracaju o cargo de “inspetor de higiene”.^{XXVIII} Já o Serviço de Higiene do Município de Aracaju foi implantado no apagar das luzes do século XIX, em 1899, e em 1915 a Inspetoria de Higiene passou a ser denominada Diretoria de Higiene e Saúde Pública.^{XXIX} Antonio Lindvaldo Sousa ressalta, todavia, que a estruturação da inspeção sanitária manteria a realidade inalterada, haja vista que “não havia aplicação do dinheiro público em grandes campanhas de melhorias do saneamento e combate efetivo das epidemias. Os jornais publicavam o descaso do governo, escancarando o caos existente na capital sergipana”.^{XXX}

Quando a gripe espanhola desembarcou em Aracaju em outubro de 1918, evidenciou-se uma vez mais a impotência das autoridades políticas perante conjunturas de surtos epidêmicos, assim como se expôs a debilidade do aparato médico-hospitalar local, problemáticas que, ao longo dos três meses da epidemia de influenza na cidade, seriam evocadas por veículos de imprensa.^{XXXI} Dados divulgados pelo governo estadual mascaravam a amplitude da doença e, por essa razão, chegaram a ser contestados pelas próprias autoridades sanitárias, uma vez que as notificações oficiais de 25.910 casos e 997 óbitos decorrentes da “espanhola” se referiam unicamente aos indivíduos que haviam acessado os serviços de assistência médica.^{XXXII} Fato é que, entre sergipanos, constatava-se uma realidade marcada pela existência de uma linha tênue entre a carência de recursos da sociedade e a iminência de propagação de enfermidades, o que levaria o jornal *O Imparcial* de 12 de novembro de 1918 a alertar que “quem conhece os bairros pobres da capital onde vive a parte da população mais desfavorecida da fortuna, sabe que é desolador o aspecto que oferecem as habitações dessa gente em matéria de higiene”.^{XXXIII}

Acerca do saneamento urbano de Aracaju, cumpre registrar que a cidade já dispunha de uma rede de abastecimento de água desde novembro de 1909; as instalações de esgotamento seriam inauguradas cinco anos depois, em novembro de 1914. Tais melhoramentos, no entanto, apresentavam-se insuficientes para atender a toda a população. E o povo aracajuano aguardaria até meados dos anos de 1920 por uma extensa reforma sanitária que seria empreendida durante a administração estadual de Maurício Graccho Cardoso (1922-1926), governante que contaria com o auxílio da comunidade médica liderada pelo dr. Augusto César Leite.^{XXXIV}

Esboçados os aspectos sanitários do país e, em particular, do estado de Sergipe até o princípio da terceira década do século XX, faz-se de grande valia a compreensão do histórico nacional da febre amarela. Recorreremos, pois, à historiadora polonesa Ilana Löwy, segundo a qual o Rio de Janeiro não lidou com tal doença antes da epidemia de 1849-1850, que teria ocasionado cerca de quatro mil óbitos, conforme balanços oficiais. Explica Löwy que, à época, os médicos locais atribuíram a irrupção do surto naquela cidade às condições de transporte dos

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

negros africanos escravizados. Acerca desse ponto, esclarece a historiadora que “o veneno da febre amarela, sustentavam eles [os médicos], resultava da acumulação dos miasmas devidos às condições malsãs que reinavam a bordo dos navios que traziam escravos”.^{XXXV}

É de autoria do médico José Pereira Rego – barão de Lavradio e presidente da Junta Central de Higiene Pública – o relevante livro originalmente denominado *Historia e descrição da febre amarella epidemica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*, que foi publicado no ano subsequente àquela epidemia e recentemente reeditado, com posfácio de Sidney Chalhoub, durante a pandemia de covid, em 2020.^{XXXVI} Tendo sido doutorado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1838, e ulteriormente nomeado presidente efetivo da Junta de Higiene, em 1864, Pereira Rego ocupava uma posição estratégica no que compete à gestão das questões de natureza sanitária da Corte. A respeito da trajetória de propagação da febre amarela, relata que a epidemia teve início nos últimos dias de dezembro de 1849, quando marinheiros a bordo de navios advindos da província da Bahia, acometidos pelo tifo icteróide, desembarcaram no Rio, transmitindo o flagelo a toda a população da cidade. De acordo com o testemunho, o surto atingiu o ápice entre fevereiro e março de 1850, extinguindo-se somente em fins de junho, sendo que, no mar, a moléstia continuaria se alastrando até o começo de setembro daquele ano.^{XXXVII} A priori, a febre amarela se manifestara com caráter benigno, assim permanecendo até fevereiro, momento que representaria, de acordo com Pereira Rego, um ponto de inflexão.

[...] bem depressa mudaram-se as cenas: o susto e a consternação apoderaram-se de quase todos os habitantes da capital pela rapidez e caráter de gravidade com que acometeu por todos os lados, achando-se quase toda a cidade submetida à sua influência destruidora em meado de março, mês em que o número de vítimas crescia todos os dias, chegando no dia 15 a exceder de noventa, incluídos os falecidos nos hospitais estabelecidos por ordem do Governo nos diversos bairros da cidade para acudir aos enfermos pobres com a prontidão que exigia a gravidade do mal.^{XXXVIII}

Partindo da Bahia, a febre amarela passaria a grassar, no decurso dos meses, em outras províncias, como Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Pará, alcançando alguns locais de São Paulo, a exemplo da cidade portuária de Santos e as vilas de Iguape e Ubatuba.^{XXXIX} Reiteramos que, devido ao resultado improficuo da busca de dados, não foi possível averiguar se a epidemia de 1850 afetou Sergipe; no texto de Pereira Rego, também não localizamos menções à província sergipana. De todo modo, o médico da Corte levanta apontamentos importantes acerca da febre amarela. No sétimo capítulo do livro – dedicado às “causas da moléstia” – elenca uma série de elementos que supostamente favoreciam a progressão epidêmica, dentre os quais encontramos referências às condições climáticas, ao desembarque de africanos enfermos e à chegada de imigrantes oriundos de portos onde se notificara eventos epidêmicos.^{XL} A abordagem de Pereira Rego nos revela, outrossim, o desconhecimento que orbitava em torno da etiologia da febre amarela. Acreditava-se que a doença era causada por miasmas, isto é, eflúvios resultantes da putrefação de matéria orgânica, os quais presumivelmente infectavam a atmosfera.

A causa eficiente e especial da moléstia, aquela que se pode chamar essencial, nos é inteiramente desconhecida, como as de todas as moléstias epidêmicas ou contagiosas, as quais só se deixam apreciar por seus efeitos sobre o organismo. O que unicamente podemos dizer a tal respeito, é que ela consiste em um princípio miasmático *sui generis* resultante da decomposição de substâncias orgânicas vegetais e animais, princípio miasmático para cujo desenvolvimento se exige certo grau de calor e umidade unido a condições especiais de localidade, como parece demonstrar a observação.^{XLI}

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

No oitavo capítulo do texto de José Pereira Rego – “Sintomas, marcha e terminação da moléstia” –, o médico se debruça sobre a sintomatologia da febre amarela, elencando com certa minuciosidade os sintomas atribuídos à enfermidade em cada um dos seus estágios, que são por ele nomeados de “períodos”. Em primeiro lugar, sublinha o barão o fato de os efeitos da doença nos organismos serem demasiado variáveis a ponto de poucos doentes apresentarem sintomas inteiramente similares.^{XLII} Acerca do primeiro período da “marcha” da febre amarela, o médico menciona sintomas comuns à maioria dos acometidos: cefalalgia (dor de cabeça), calor febril e vômitos de matérias mucosas e biliosas – o “vômito negro”. Já no segundo período, os doentes manifestavam a persistência dos sintomas já listados, ao passo que outros surgiam:

Tais eram a insônia, o desassossego de espírito, indisposição geral, as modorras, a continuação da dor de cabeça, o olhar triste e lânguido, a prostração de forças, o decúbito em supinação [posição horizontal do corpo do paciente, com as palmas das mãos voltadas para cima], a opressão da respiração, a persistência do movimento febril, a sede intensa, o tremor e a secura da língua, a incrustação dos lábios, a expectoração difícil com esforço de vômito, os arrotos amarelados, a injeção das conjuntivas [membranas mucosas dos olhos] com alguma amarelidão, urinas escassas [anúria] e carregadas, sentimento de constrição no esôfago, calor intenso no estômago e sentimento de angústia no mesmo lugar.^{XLIII}

Chegando ao terceiro e último período da doença, os sintomas recrudesciam, o que, de acordo com Pereira Rego, pressagiava o óbito do paciente. Com base na exposição do médico, seguia-se ao escurecimento do vômito o “[...] aparecimento da cor amarelada na pele [icterícia] com manchas denegridas que anunciavam uma morte próxima e quase súbita, depois da qual tornavam-se os cadáveres muito amarelados [...]”.^{XLIV} Menos prolixo, porém mais didático e elucidativo que o barão de Lavradio, no século XIX, o médico paulista Drauzio Varella explica, no século XXI, que “conhecida no passado como febre hemorrágica viral, a febre amarela causa febre alta, prostração, danos hepáticos, renais, cerebrais, cardíacos, hemorragias, choque e morte. Suas taxas de mortalidade são tão altas quanto as do vírus Ebola”.^{XLV}

No decorrer da segunda metade do século XIX, alguns cientistas brasileiros investiriam incansavelmente na elucidação do persistente mistério que rondava a propagação da febre amarela: os seus caracteres etiológicos. É curioso notar, inclusive, que o primeiro imunizante brasileiro utilizado no combate ao “mal amarílico” no país foi desenvolvido ainda antes de a ciência identificar a causa material da doença, ou seja, a sua etiologia. Como resultado de uma “corrida” científica que envolvia uma disputa velada ou explícita entre médicos por vezes rivais, colocava-se “o carro na frente dos bois”, uma vez que, no caso da febre amarela, uma campanha de vacinação seria levada a cabo sem que se conhecesse sequer o elemento causal do morbo.

Lançando luz sobre a contribuição científica do controverso bacteriologista Domingos José Freire (1842-1899), o historiador brasileiro Jaime Larry Benchimol, pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz, alumia a trajetória daquele personagem que passou os últimos dois decênios da sua vida investigando metodicamente as causas e a profilaxia da febre amarela. Revela-nos Benchimol que as primeiras ideias de Freire sobre a etiologia da doença foram externadas na imprensa ainda em fevereiro de 1880. A tese sustentada pelo bacteriologista era a de que existia no organismo dos doentes incalculáveis organismos, os quais adquiriam a forma de corpúsculos negros, que, por conseguinte, ocasionavam a tonalidade igualmente escurecida do vômito dos “amarementos”, um dos sintomas característicos da moléstia. As proposições de Freire, todavia, constituiriam o ponto de largada para uma troca de farpas entre profissionais da medicina, que passariam a acusar o bacteriologista de assentar conclusões desprovidas de bases sólidas.^{XLVI}

Como explana Benchimol, “é evidente que as investigações de Freire supunham prévia adesão à teoria de que as doenças eram causadas por germes, mas [ele] não podia professar sua

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

fé nela enquanto não tivesse a solução do enigma febre amarela”.^{XLVII} Três anos se passariam até que Freire anunciasse a criação da sua polêmica vacina, e a despeito das inesgotáveis críticas disparadas por outros membros da comunidade médica, o bacteriologista obteria, em novembro de 1883, autorização do Ministério dos Negócios do Império para inocular o imunizante na população do Rio de Janeiro.^{XLVIII} Conforme Benchimol, o rápido crescimento do quantitativo de indivíduos que concordaram com a inoculação da vacina evidencia uma recepção favorável do imunizante, mormente entre as classes populares. Destarte, o bacteriologista, “[...] que já era um professor popular, transformou-se em ídolo dos estudantes da Faculdade de Medicina e de outras escolas da Corte”.^{XLIX} Atribui-se o sucesso das vacinações ao reconhecimento da eficácia do imunizante por instituições do exterior e ao respaldo do Estado, considerando o fato de que as ações do médico foram corroboradas por autoridades municipais do Rio e de outras cidades. Tendo em conta as particularidades do contexto histórico, Benchimol sublinha que “as vacinações foram, em larga medida, impulsionadas pelos movimentos abolicionista e republicano, seus grupos organizados e sua ampla rede de simpatizantes”.^L

Numerosas incertezas pairavam sobre a etiologia, a patogênese e a profilaxia da febre amarela; os médicos, entretanto, pareciam assumir certa consonância no que concernia à ideia de que o saneamento exercia importância fulcral no combate às epidemias. Correlacionava-se, assim, a pertinente problemática da insalubridade com a difusão das enfermidades.

Nas décadas de 1880 e 1890, os higienistas do Rio e de outros centros do Sudeste passaram a sustentar concepções cada vez mais divergentes acerca do modo como se originavam e difundiam as epidemias de febre amarela e, conseqüentemente, acerca das medidas adequadas ou prioritárias para sanear as cidades, porquanto estavam todos de acordo num ponto: a doença constituía a chave ou a síntese ou, ainda, a manifestação predominante da insalubridade urbana, que se confundia com a insalubridade do país.^{LI}

Demonstramos que, mesmo com toda a sorte de tentativas empreendidas pela medicina brasileira de eliminar a febre amarela, ao fim do século XIX “a situação era, portanto, bastante confusa. A cada verão que passava, a doença fazia os estragos habituais, indiferente aos esforços de prevenir suas irrupções, conter sua propagação ou curar suas vítimas”.^{LII}

A hipótese de que o vetor da febre amarela era um mosquito seria aventada no início da década de 1880, porém não no Brasil. A descoberta da transmissão da doença por meio do *Aedes aegypti* – que receberia o nome de *Stegomyia fasciata* antes de ser rebatizado – remete a Carlos Juan Finlay, médico e cientista cubano que formulou tal hipótese em 1881. A confirmação do pressuposto, no entanto, ocorreria apenas vinte anos mais tarde, precisamente no ano de 1900, mas por outro médico, o estadunidense Walter Reed, tido como o responsável por demonstrar, na prática, que a febre amarela se transmitia, de fato, pelo mosquito. O pioneirismo desses dois personagens culminaria em uma disputa de prioridades no que toca à importância de cada um no campo científico; enquanto os cubanos conferem a responsabilidade pela descoberta a seu conterrâneo, os estadunidenses, por seu turno, atribuem a seu médico os louros do feito.^{LIII}

Os estudos em torno da febre amarela deslanchariam a partir da virada do século. É a pesquisadora Ilana Löwy, a quem já recorremos, que explica que a transferência, para o Brasil, de um laboratório bacteriológico sofisticado contribuiria para o desenvolvimento da pesquisa local em medicina tropical, ocasionando a fundação do Instituto Soroterápico de Manguinhos, em 1900, o qual seria renomeado como Instituto Oswaldo Cruz, em 1908. Tratava-se de uma alusão ao médico sanitário que, à frente do Serviço de Saúde do Rio de Janeiro, empreenderia, em 1902, uma importante campanha com vistas à erradicação da febre amarela.^{LIV}

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

Por volta de 1910, os especialistas brasileiros haviam adquirido os mesmos conhecimentos em matéria de transmissão da febre amarela que os melhores especialistas da França, Inglaterra, Alemanha ou Estados Unidos, prevalecendo-se de uma longa experiência prática nessa doença. Além disso, contavam em seu ativo com uma campanha de erradicação bem sucedida. Os brasileiros dispunham, portanto, do saber necessário para extirpar a febre amarela do seu país; na prática, contudo, a execução desse programa revelou-se mais difícil do que esperavam.^{LV}

No que se refere aos anos que precederam a epidemia de 1919, interessa-nos ressaltar a atuação da Fundação Rockefeller, criada em 1913, na América Latina e, em particular, no Brasil. Löwy esclarece que as ações dessa instituição se orientavam por uma ideologia segundo a qual a maneira mais adequada de sanar os problemas econômicos e sociais seria a melhoria da saúde das populações, considerando-se que a doença era a fonte da pobreza.^{LVI} Em 1916, quando uma comissão especializada da Fundação Rockefeller chegou ao Brasil, não ocorreu nenhuma irrupção de febre amarela no país; os seus membros, no entanto, constataram a presença da moléstia na costa Norte e ofereceram ao governo brasileiro auxílio para combatê-la.^{LVII} Apesar disso, a peleja travada contra a doença, por parte da Fundação Rockefeller, logo arrefeceria, já que a comissão não se defrontaria com a ocorrência de irrupções graves. Ainda de acordo com Löwy, a responsabilidade pelo combate ao morbo ficaria a cargo do Departamento Nacional de Saúde Pública. De toda sorte, os propósitos da Fundação Rockefeller sofreriam uma mudança de rota, e a instituição passaria a se concentrar em uma outra doença ameaçadora.^{LVIII}

Entre 1918 e 1923, o trabalho da Fundação Rockefeller no Brasil (dirigido por Lewis Hackett) concentrou-se [...] na campanha contra a ancilostomíase, doença vista acima de tudo como um problema econômico. A infestação por vermes, que minava a capacidade de trabalho da mão de obra das plantações, atingia a principal fonte dos rendimentos do país (a economia brasileira repousou sucessivamente no desenvolvimento da produção de açúcar, de borracha e de café).^{LIX}

Já em 1923, a Fundação Rockefeller retomaria as ações de eliminação da febre amarela no Brasil, principalmente no espaço geográfico que hoje corresponde à região Nordeste. Um decreto assinado no mesmo ano estabelecia nova cooperação firmada entre a referida instituição e o Departamento Nacional de Saúde Pública. Conforme a pesquisadora polonesa, tal acordo previa uma codireção brasileira e norte-americana no chamado Serviço de Febre Amarela.^{LX} Contestando, porém, a utilidade prática do método então utilizado de fumigação de inseticidas, os especialistas da Rockefeller argumentavam que a extinção das larvas do *Aedes aegypti* seria o único meio de interromper a cadeia de transmissão da febre amarela. Tal medida se revelaria um imbróglio sanitário, tendo em vista que uma parcela expressiva da população não dispunha de acesso a sistemas de distribuição de água, o que obrigava o uso de caixas d'água comumente propícias à proliferação das larvas do mosquito.^{LXI} Como não pretendemos aqui estender-nos em minudências fatigantes ao leitor, bastará pontuarmos, acerca dos rumos do tifo “amarílico” no tocante ao cenário brasileiro, que a Fundação Rockefeller se desligaria do Serviço Nacional da Febre Amarela no ano de 1940, e que, a despeito do ressurgimento do *Aedes aegypti* após a sua erradicação confirmada em 1955, a última epidemia grave de febre amarela de que se tem notícia, até hoje, no Brasil, foi a de 1928-1929, sucedida na cidade do Rio de Janeiro.^{LXII}

Na ocasião da epidemia de febre amarela de 1919, a Aracaju ironicamente convertida em “Barbosópolis” pelo articulista do jornal *Século XX* lidava com problemas similares aos da maioria das cidades do país: a insalubridade, a precariedade da assistência médico-hospitalar e os surtos quase consecutivos de doenças. Acerca do contexto de fundação da cidade, o professor e engenheiro sergipano Fernando Figueiredo Porto salienta que sérias dúvidas permeavam os

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

rumos da nova urbe, que desde os seus primórdios lidaria com flagelos pestilenciais: “A morte de Inácio Barbosa, logo em [6 de] outubro [de 1855] e a epidemia do cólera que irrompeu pouco depois e durou até princípios de 1856, fizeram periclitir a sorte da capital”. O autor insinua, pois, que “isto serve para medir a extensão da desgraça: simpatizantes e inimigos, chorando os que se iam arrebatados pelo cólera, chegaram a esquecer suas dissensões”.^{LXIII}

Focalizaremos a análise das fontes primárias coligidas, isto é, os periódicos veiculados na cidade de Aracaju na época da epidemia de febre amarela de 1919, a fim de compreendermos, por meio da imprensa local, como se daria a progressão de tal moléstia em Sergipe e qual seria a postura assumida por parte das autoridades políticas e sanitárias nessas circunstâncias. E quem sabe possamos elucidar a razão da “urgência” explicitada nas palavras do redator do qual talvez jamais saibamos o nome, mas que asseverava, acerca da sociedade aracajuana constantemente acometida por moléstias, que “havemos de defender, até o último momento, a saúde deste povo infeliz, a quem não deve ser negado o direito de viver”.^{LXIV} Passado um século da ocorrência daquela epidemia, comprometemo-nos a descortinar as suas nuanças no que se refere ao estado de Sergipe, mas aproveitando o ensejo para refletirmos sobre as incontáveis perdas humanas decorrentes de outras irrupções, pregressas ou ulteriores, do “mal amarílico”. Medita o médico Drauzio Varella: “Quanto sofrimento os milhões de portadores de febre amarela nas epidemias do passado devem ter enfrentado a sangue-frio, até encontrar a morte no final”.^{LXV}

O cenário epidêmico de 1919 e a conduta dos poderes públicos estadual e federal

Em meados do primeiro trimestre de 1919, o espectro do “mal amarílico” se insinuava, e a iminência de uma epidemia em Sergipe era alarmada pela imprensa local. Na edição do dia 9 de março daquele ano, o *Diario da Manhã* chamava a atenção das autoridades sanitárias para a possibilidade de o surto de febre amarela na Bahia se espriar para as terras sergipanas: “A invasão em nosso estado do terrível *morbus* (sic) pode se dar o mais facilmente possível, dada a constante frequência de pessoas do vizinho estado, vindas por mar e por terra”.^{LXVI} Meses mais tarde, o mesmo periódico, no número de 31 de maio, informava que o deputado baiano Arlindo Leone atribuíra a origem da epidemia de febre amarela aos estados de Sergipe e do Maranhão. Logo a referida hipótese seria refutada pelo então deputado sergipano Rodrigues Dória, o qual argumentaria que “de fato o tifo icteróide não existe em Sergipe [...]”. Partindo para a ofensiva, o sergipano admoestava: “defenda o sr. Leone a má administração do seu estado; não calunie, porém, as demais unidades da Federação”.^{LXVII} Certo é que, inexistindo consenso acerca do foco irradiador da doença, a progressão da epidemia de febre amarela em Sergipe renderia embates acalorados, os quais oporiam autoridades que atestavam a existência de casos da enfermidade no estado àquelas que negavam terminantemente a presença do flagelo em solo sergipano.

Não era a primeira epidemia que ocorria em Sergipe e tampouco seria a última. Em outubro de 1918, às vésperas da posse do presidente do estado eleito José Joaquim Pereira Lobo (1864-1933), passageiros do Vapor Itapacy, acometidos pela gripe espanhola, desembarcaram na capital aracajuana e foram submetidos a quarentena em um lazareto público. A providência adotada na ocasião não evitaria, no entanto, que a doença pestilencial alcançasse, em questão de dias, praticamente todo o território sergipano. Escrutinando as ações governamentais em face da presença da gripe espanhola em Sergipe, Antônio Samarone Santana revela que, já no dia 8 de novembro daquele ano, a Assembleia Legislativa aprovou a liberação de um crédito especial de dez contos de réis para o combate à epidemia.^{LXVIII} Ao que parece, o crédito era considerado insuficiente para tal finalidade. Na edição publicada no dia 12 de novembro, o *Diario da Manhã* assinalava que “essa quantia é insignificante para as despesas com os doentes desta capital [...]”.

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

Cem contos que fossem destinados para os necessitados não seriam demais. Dez contos é que não”. Na mesma matéria, o redator disparava: “Uma ninharia!”^{LXIX} Já no dia 16, a Assembleia Legislativa elevaria a cem contos a soma destinada ao enfrentamento à gripe espanhola.^{LXX}

O direcionamento de recursos emergenciais para debelar o surto de 1918 demonstra que o poder público reconhecia a manifestação da doença e, sobretudo, a sua potencialidade. Meses mais tarde, ao serem notificados casos de febre amarela em municípios sergipanos, jornalistas e autoridades políticas e sanitárias negariam peremptoriamente a existência dessa enfermidade no estado, duvidando, inclusive, da veracidade das supostas notificações. Culpabilizando os baianos pela proliferação irrefreada da febre amarela, a edição de 10 de junho de 1919 do *Diário da Manhã* vituperava: “Agüente-se a Bahia, sozinha, na tormenta que desencadeou sobre a sua cabeça [...]”. Em linhas próximas, o periódico expunha a postura acautelada dos seus redatores: “O que não parece bem é que paire sobre a boa fama da salubridade desta terra a dúvida da existência do mal amarílico”. Sugeria-se que “se ele existe, realmente, tratemos com veemência do seu expurgo; se se trata somente de casos esporádicos, tendo como portadores indivíduos de nação estrangeira, saneemos os lugares suspeitos”.^{LXXI}

No decurso do mês de maio de 1919, o *Estado de Sergipe*, periódico oficial do Governo do Estado, tratou de desmentir prontamente os rumores segundo os quais a febre amarela estaria grassando entre os sergipanos. No dia 14, a Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública expediu um telegrama em que se dizia que “[...] carece de fundamento a notícia levada aos estados de Bahia, Alagoas e Rio, da existência da febre amarela em Sergipe [...]”. Adiante, declarava-se com todas as letras: “No estado de Sergipe não existe, nem foi notificado durante esses últimos cinco anos, nenhum caso do referido *morbis* (sic)”.^{LXXII} Em um outro telegrama expedido um dia depois ao diretor de Saúde Pública da Bahia, registrava-se: “Não tem fundamento [a] notícia [da] existência [do] tifo icteróide [n]este estado. Saudações”.^{LXXIII} Mensagem similar foi enviada diretamente à Capital Federal, na mesma data, tendo como destinatário o diretor geral de Saúde Pública: “Comunico-vos não ter nenhum fundamento [a] notícia transmitida aí [da] existência [do] tifo icteróide neste estado”.^{LXXIV} No expediente do dia 26 de maio, mais uma comunicação chama a atenção, dessa vez destinada ao já citado deputado federal sergipano Rodrigues Dória: “Não existe, não existiu nesta capital nem em nenhum dos seus municípios caso algum de febre amarela”.^{LXXV} Depreende-se que o governo estadual achava-se relutante em admitir a possível chegada de uma nova epidemia, mormente em um cenário no qual Sergipe ainda se refazia da funesta passagem da gripe espanhola, cujos efeitos desembocaram em uma crise sanitária.

Ainda em maio, designou-se uma Comissão Sanitária Federal para atuar no estado de Sergipe, objetivando-se prestar auxílio aos médicos locais com a finalidade de investigar os casos suspeitos de febre amarela e elucidar a intrincada questão. Comissões similares já haviam sido instaladas em outras unidades federativas, como Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Diferentemente do caso sergipano, havia alguns estados que não somente consentiram com a intervenção sanitária, como também tomaram a dianteira para solicitá-la. É o que se infere do telegrama expedido a 30 de março de 1919, no Rio de Janeiro, e reproduzido pelo periódico aracajuano *Jornal do Povo* na edição da data subsequente: “Irrompeu a febre amarela no Ceará. O governador do estado dr. João Tomé pediu o auxílio do Governo Federal para combater o mal. A Saúde Pública daqui mandará para ali uma comissão médica”.^{LXXVI} De modo similar, a gestão baiana aparentava concordar com a assistência externa, o que se conclui da mensagem também expedida no Rio de Janeiro, mas no dia 27 de abril: “Continua a grassar a febre amarela na Bahia. O governo do estado está disposto a aceitar a intervenção sanitária federal, para o fim de dar combate ao mal”.^{LXXVII}

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

A articulação das comissões encaminhadas aos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte se daria em concomitância com a formação do grupo formado para atuar em Sergipe. No que compete aos pernambucanos, é relevante pontuar que o gestor local não requerera a intervenção; mesmo assim uma Comissão foi para lá direcionada. A situação foi descrita em um telegrama expedido a 13 de junho, e transposto para as páginas d'*O Imparcial*: “Apesar de o governador de Pernambuco ainda não ter solicitado, já foi ordenado [...] que a Saúde Pública organize a ‘missão sanitária federal’ que irá combater o mal ‘amarelo’ no estado de Pernambuco [...]”.^{LXXVIII} Outro telegrama da mesma data informava sobre a equipe designada para assistir os potiguares: “O Ministro da Justiça aprovou a organização da Comissão incumbida de debelar a ‘amarela’ no estado do Rio Grande do Norte [...]”.^{LXXIX}

Por meio da reprodução de uma mensagem remetida no Rio de Janeiro no dia 14 de maio, o *Jornal do Povo* comunicava que “embarcará amanhã [15] para essa capital a missão médica chefiada pelo dr. Leopoldo Prado. [...] A missão terá sua sede em Aracaju”.^{LXXX}

A 6 de junho, os redatores d'*O Imparcial* informavam os seus leitores acerca do começo das atividades da equipe convocada pelo Governo Federal: “Os trabalhos oficiais da Comissão Sanitária Federal nomeada para Sergipe principiam hoje pelos serviços de profilaxia”. A seguir, o jornal se posicionava favoravelmente diante da intervenção: “Justo é que auxiliemos tanto quanto possível esses trabalhos, esperando-se da população o mesmo auxílio”. Arrematava-se o texto afirmando-se que “embora continuemos insistindo na inexistência da febre amarela, em nosso estado [...] não regatearemos aplausos ao Governo Federal pelas providências tomadas, na certeza de que o critério da Comissão Sanitária Federal se orientará pela verdade”.^{LXXXI} Ainda naquele dia, o *Correio de Aracaju* declarava: “Cumpre-nos [...] facilitar aos membros da missão médica todos os meios que se tornarem indispensáveis à sua ação saneadora”.^{LXXXII}

Foi em princípios de junho que a imprensa sergipana começou a repercutir a existência de casos suspeitos de febre amarela, os quais haviam sido notificados pela Comissão Sanitária Federal. A 7 de junho, *O Imparcial* reproduzia um telegrama encaminhado pela Comissão ao Rio de Janeiro; no texto da mensagem, comunicava-se o registro de dois casos de febre amarela em Sergipe. Acompanhando o telegrama, achava-se uma “N.R.” (nota de repúdio) do jornal, na qual se lia: “Se é uma falsidade o que se afirma neste telegrama, ele merece repulsa e castigo [...] Não nos consta, contudo, que, até agora, se tenham dados casos, caracterizadamente de febre amarela, em nosso estado”. Completando a matéria, o articulista do periódico reiterava: “Somos inimigos de ocultar a verdade, como o somos de facilitar o alastramento de notícias falsas, principalmente, em casos de responsabilidade, como é o da saúde pública”.^{LXXXIII}

Dois dias depois, o jornal tornaria a criticar a hipótese da Comissão com palavras mais incisivas: “E a mentira foi vomitada pelo lastimável desescrúpulo (sic) da Comissão Sanitária Federal [...] Fomos nós quem, exclusivamente, tomamos a peito destruir a gravíssima falsidade propalada na Bahia e Rio a respeito da existência do mal amarílico em Sergipe”.^{LXXXIV}

Também contestando os resultados da Comissão Sanitária Federal em Sergipe, o *Estado de Sergipe* de 8 de junho comunicava que “o Governo do Estado está habilitado a informar ao público não ser verdadeira a notícia [...] sobre terem ocorrido mais dois casos de febre amarela entre nós”. Em seguida, ratificava-se tais palavras: “A população pode confiar que não existe febre amarela em Sergipe, como o atestam a Diretoria de Higiene Pública e a maioria dos médicos aqui residentes, tão ilustres como os ilustres membros da missão federal”.^{LXXXV}

Logo se tornariam conhecidas as identidades dos dois primeiros indivíduos que teriam sido acometidos pela moléstia em Sergipe, em 1919: o engenheiro alemão Christoph Wolt e a mulher norte-americana que dele enviuvou, a sra. Margarida.^{LXXXVI} A morte do engenheiro fora registrada no município de Riachuelo, enquanto o caso da sua esposa não vitimada pela doença fora notificado no Engenho Boa Sorte, situado em Laranjeiras.

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

Ainda no número do *Estado de Sergipe* de 8 de junho, transcrevia-se o relatório entregue por Octaviano Vieira de Mello, diretor geral de Saúde Pública, ao presidente do Estado, relatório esse no qual se descrevia em pormenores uma visita do próprio Octaviano Mello à localidade onde se notificara a enfermidade da viúva do engenheiro alemão. Ao que parece, intencionava-se lançar luz sobre o verdadeiro diagnóstico daquela mulher. Nessa perspectiva, o diretor geral de Saúde Pública afirmava: “Vou narrar a vossa excelência, com a mais absoluta isenção de ânimo, e conscienciosamente, o que observei e o juízo que pude firmar concernente ao caso diversamente interpretado da doente do Engenho Boa Sorte, município de Laranjeiras”.^{LXXXVII}

O médico prossegue o relatório descrevendo como procedera na ocasião da visita:

Era bom o seu estado geral; o mal se achava já em franco declínio. Após o preciso interrogatório feito à enferma, que sempre respondia com certo riso e amabilidade, e também às pessoas que lhe cercavam, procedi ao exame minucioso e atento em todos os seus órgãos, colhendo o quadro clínico que passo a descrever.^{LXXXVIII}

Após atestar as condições clínicas da paciente visitada, Octaviano Mello insinuava que o estado em que aquela senhora se encontrava decorria não unicamente da enfermidade física que a afligia, mas também do luto devido ao recente passamento do seu companheiro:

Não deverei esquecer de mencionar que a doente se acha [...] sob o peso de profundo traumatismo moral com o falecimento do seu esposo, o engenheiro Christoph Wolt; que durante todo o curso do mal não tivera assistência médica, nem fora medicada convenientemente; sendo-lhe administrado tão somente por pessoas da casa um purgativo de óleo de ricino e alguns comprimidos de sulfato de quinina, talvez em ocasiões inoportunas.^{LXXXIX}

Nas linhas do documento transcrito pelo jornal, o médico externava a sua discordância em relação à opinião dos membros da Comissão no que se referia às suspeitas da doença:

Respeitando, embora, a opinião competentíssima dos meus ilustres colegas, drs. Leopoldo Prado e Jayme Pereira, atualmente em comissão federal neste estado, que reputaram o caso em questão como verdadeira febre amarela, cabe-me, malgrado meu, afirmar a vossa excelência que me acho em desacordo com o parecer da distinta comissão sanitária.^{XC}

Arrematando o extenso texto do relatório, Octaviano Mello declarava convictamente: “[...] não poderei jamais subscrever o diagnóstico da ilustre comissão médica federal, apesar de prestar homenagem à sua autoridade indiscutível em assuntos dessa natureza”.^{XCI}

Além de consistirem nos primeiros registros de febre amarela em Sergipe na epidemia de 1919, os casos do engenheiro alemão e da sua esposa norte-americana se tornariam, também, os mais controversos, em que pese o dissenso entre as autoridades locais e os membros da Comissão. Na edição já citada de 10 de junho do *Diário da Manhã*, os redatores do jornal expunham a referida discordância que atravancava a definição precisa dos diagnósticos:

De um lado o dr. diretor de Higiene do Estado, amparado pela respeitável opinião do conceituado clínico dr. Sylvio Leite, nega que o alemão Christoph tivesse sucumbido ao terrível morbus (sic) e que a viúva desse estrangeiro adoecesse, por sua vez, de idêntico mal. A missão médica, entretanto, quer que se considerem ambos os casos como de genuína febre amarela [...].^{XCII}

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

No número subsequente, o *Diário da Manhã* suscitava uma vez mais o desalinhamento de perspectivas, acrescentando, dessa vez, um veredito acerca da causa da morte de Cristoph Wolt, de acordo com um clínico atuante no município onde o falecimento fora registrado:

Há séria divergência em diagnósticos firmados por clínicos em três localidades do estado e aparece agora dúvida em casos ocorridos há três anos, comparados com um caso de febre recentemente ocorrido na pessoa de um engenheiro alemão falecido na cidade de Riachuelo, em que o médico assistente diagnosticou *acesso pernicioso de impaludismo, forma delirante*, adoecendo também a senhora do referido engenheiro de febre, sem gravidade, segundo exame e observações do diretor de Higiene e do médico clínico da localidade, dr. Sylvio Leite.^{XCIII}

Quando o imbróglio aparentava ter sido solucionado, a querela se renovava, culminando em novos desdobramentos. Em 18 de junho, uma edição do *Diário da Manhã* apresentava um telegrama assinado pelo dr. Leopoldo Prado, onde se indicava que “as pesquisas cuidadosas, inclusive o exame de sangue, afastaram a hipótese de impaludismo e autorizam a comissão a julgar os casos autênticos de febre amarela originários desta capital”.^{XCIV} Não tardaria, pois, até que adviessem reações de outros periódicos ao comunicado do chefe da Comissão. Logo no dia seguinte, os redatores do jornal *Correio de Aracaju* argumentariam com certa perspicácia: “Quando é que a Sanitária fez o exame do sangue se o engenheiro Volt adoeceu, e morreu, e a Comissão só teve notícia depois de enterrado? Ela não o viu, não fez exame algum, perguntou apenas, e afirma que o sangue acusava a presença da amarela?”.^{XCIV}

Dias antes, a 2 de junho, dezessete médicos compareceram em uma sessão deliberativa realizada na sede da Comissão Sanitária Federal, situada à Rua Geru, no Centro de Aracaju. Na ocasião, os profissionais expuseram apontamentos e opiniões divergentes acerca de notificações de febre amarela registradas no estado de Sergipe em anos anteriores. Conforme a retrospectiva transcrita no *Diário da Manhã* de 8 de junho, notificara-se, em 1913, um caso de febre amarela importado da Bahia, o qual se referia a um inglês de nome Arthur Habgood, recém chegado da Europa. Já em outubro de 1917, chegara ao município de Estância um padre jesuíta, também oriundo da Bahia, e que apresentaria sintomas característicos, como o vômito negro. De acordo com a descrição, “dada a morte, o seu cadáver ficou literalmente amarelo citrino, processando-se a icterícia insidiosamente durante a noite”. Outros dois padres teriam se hospedado na mesma residência onde se dera o óbito do primeiro sacerdote, sendo que um deles regressaria à Bahia com sintomas de febre amarela. O outro padre, por seu turno, voltaria incólume à Bahia.^{XCVI}

Como se dois casos envolvendo indivíduos estrangeiros não bastassem em 1919, outras suspeitas começavam a ser enunciadas na imprensa, respeitantes, todavia, a pessoas brasileiras. “Ao sr. delegado de Higiene, Riachão – Seguiu [para] esse município [o] menino Philomeno Hora, procedente da Bahia, que se acha sob vigilância sanitária [por suspeita de] febre amarela. Saudações”.^{XCVII} Tais palavras foram transmitidas, a 12 de junho, pela Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública de Sergipe ao delegado de higiene do então município de Riachão – posteriormente denominado Riachão do Dantas –, depois que o diretor interino de Saúde Pública do estado da Bahia comunicou que o tal menino havia seguido para aquela localidade sergipana com sintomas de febre amarela. Quatro dias mais tarde, expedir-se-ia um telegrama similar, mas para outra cidade: “Ao sr. dr. Etelvino Tavares, Propriá – Peço [ao] distinto colega [a] fineza [de] observar [o] menino José Maria Aguiar, que para aí seguiu procedente [da] Bahia, e que está sob vigilância sanitária [por suspeita de] febre amarela. Saudações”.^{XCVIII}

Curiosamente não se registrava casos, tampouco falecimentos decorrentes da moléstia em Aracaju, a despeito das críticas severas e recorrentes às condições insalubres às quais a sua população era submetida. Uma nota discreta do *Diário da Manhã* de 16 de julho informava que “nesta capital, durante o mês de junho, findo, foram verificados 50 óbitos, sendo provenientes

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

de paludismo nove, de infecção intestinal sete e de enterite aguda seis. As demais moléstias são em pequena proporção”.^{XCIX} Na conta sobravam, pois, 28 mortes sem causa especificada.

Havia matérias publicadas em outros veículos de imprensa que repreendiam a atitude de negação das autoridades. No número de 18 de junho de 1919, o periódico *O Imparcial* reproduzia algumas das “palavras do dr. Theophilo Torres sobre a febre amarela”, por meio das quais aquele profissional de medicina criticava os governantes que se esquivavam diante de epidemias e desviavam responsabilidades: “Indagai de um por um dos dirigentes dos estados do Norte da República e de todos eles ouvireis que não há foco algum de febre amarela nos respectivos territórios, mas todos eles dirão que ela existe nos estados próximos”.^C

Apesar da relutância do governo estadual em admitir a possibilidade de a febre amarela estar grassando entre os sergipanos, o coronel Pereira Lobo, mandatário de Sergipe, recorreu a uma medida que poderia ser diversamente interpretada, a notificação compulsória de doenças. Em uma nota redigida para o jornal *Diario da Manhã* datado de 11 de junho, informava-se que “o sr. dr. presidente do Estado recomendou ao sr. dr. diretor de Higiene que notifique todos os casos de moléstias que ocorrerem nesta capital, pedindo para isso o auxílio de todos os médicos clínicos”.^{CI} Das entrelinhas dessa providência tomada pelo poder público, aventamos um par de hipóteses: ou o gestor local intencionava comprovar por meio de dados a inexistência do temerário “mal amarílico” em Aracaju, ou considerava, ainda que de modo hesitante, as chances reais de a doença alcançar a capital, o que, como vimos, até então não ocorrera.

Interessa-nos perceber que por vezes a imprensa local abordava certas questões atinentes à febre amarela com um toque de ironia. Ao comunicar o furto de pertences pessoais de alguns membros da Comissão Sanitária Federal, que “dormiam tranquilamente em seu quarto modesto [...] quando um gatuno audacioso nele entrou [...]”, *O Imparcial* de 23 de junho de 1919 tratava o caso com ares cômicos, afirmando que “[...] apesar de a polícia se esforçar, será mais fácil encontrarem mosquitos e larvas que os objetos roubados”.^{CII}

O que também soava irônico era o fato de o próprio chefe da Comissão encarregada de combater uma doença ter, ele mesmo, adoecido em pleno exercício da função. “O dr. Leopoldo Prado enfermou”, noticiava o *Correio de Aracaju* de 17 de junho de 1919. O articulista do jornal informava que aquela autoridade “felizmente já se acha em via de restabelecimento”, e concluía a matéria: “Formulamos votos para que dentro em breve o dr. Leopoldo Prado tenha a sua saúde perfeitamente normalizada”.^{CIII} Desconhecemos, contudo, a enfermidade que o acometera.

Em tempos de epidemia, sobejavam não só os mosquitos da febre amarela, mas também o sarcasmo da imprensa. No dia em que o *Correio de Aracaju* comunicara a convalescença do chefe da Comissão, a pena afiada de um redator d’*O Imparcial*, ao noticiar a nomeação de um novo auxiliar para aquela equipe, o sr. Armando Laredo, chefe de cultura seringueira, pontuava que “nunca ouvimos, pois, falar em seringais no estado de Sergipe”.^{CIV}

Entrementes, a imprensa continuava evocando o problema da insalubridade de Aracaju, associando-o ao risco de propagação de doenças. Ao divulgar a queixa de um “cavalheiro de elevado conceito no seio da nossa sociedade”, o *Correio de Aracaju*, na edição de 22 de junho, denunciava as falhas do sistema de esgotamento da capital, as quais “[...] constituem verdadeiro atentado à saúde de uma população assim exposta às exalações pútridas dessas águas servidas, que facilmente se putrefazem”.^{CV} Nesse sentido, convém notar que, apesar dos dissensos aos quais já nos referimos, havia quem aprovasse a atuação da Comissão em Sergipe. Os redatores do *Diario da Manhã* demonstravam que, para aquele periódico, os esforços envidados por tal equipe eram benquistos e estavam logrando resultados promissores. A 26 de junho, escrevia-se no jornal: “A presença da ilustrada Comissão Sanitária nesta cidade faz nascer em nossos ânimos a confiança, porventura desfalecida, de que o saneamento local seja uma palpitante realidade”. Destacava-se, no mesmo texto, a eficácia do trabalho exercido pelos membros

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

daquela missão: “Generalizada e em ação a polícia de focos, como já se vê, desaparecidos os vários e incontáveis pântanos que existem em nossa capital, se não é ela um só pântano, a cidade de Aracaju, que tem proporções para ser uma bela cidade [...]”.^{CVI} Não se esclarece, no entanto, quais foram os métodos da Comissão para eliminar os focos de propagação das doenças.

Algumas matérias da imprensa chamavam a atenção da sociedade para os mosquitos, os quais transmitiam a febre amarela; mas não eram apenas eles os astros do enredo amarílico em Sergipe. Na edição de 29 de junho do periódico *Correio de Aracajú*, condenava-se outro inseto, a mosca, caracterizada pelo articulista como “o animal mais perigoso sobre a terra”. Ao longo de duas extensas colunas, argumentava-se: “Considerada à luz dos conhecimentos mais recentes ela é mais perigosa do que o tigre ou a cobra. Pior do que isso, ela é, ao menos em nosso clima, muito mais perigosa que o mosquito [...]”. E o texto prosseguia, reprovando não só as moscas, mas, igualmente, o problema da insalubridade que favorece a sua procriação: “A mosca não se acha limitada a certa região. [...] Onde quer que exista sujeira, a mosca existe; porque a mosca procria na sujeira”. Por fim, aconselhava-se: “Conservai limpos o vosso lar, o vosso quintal, a vossa vizinhança e a vossa cidade”.^{CVII} Já no dia 2 de julho, um curioso texto d’*O Imparcial* se referia a uma suposta comprovação científica de que as moscas sofriam de “daltonismo”, sendo que, devido ao defeito ótico, elas não visualizariam a cor azul. Aproveitando-se do teor cômico daquela notícia, o articulista comentava: “Donde se conclui que se os homens daltônicos não enxergam a bandeira italiana [...], as moscas não enxergam bem a francesa”. Arrematava-se o texto insinuando que, para refrear a proliferação das moscas, bastava colorir as paredes de azul, considerando que “em um gabinete cujas paredes forem azuladas não há moscas”.^{CVIII}

A partir do mês de julho a febre amarela se esvanece dos jornais consultados sem que o embate entre autoridades políticas e profissionais de saúde tivesse um desfecho. Mesmo que os casos notificados pela Comissão Sanitária Federal e refutados pelo governo de Sergipe tenham sido ou não de febre amarela, evidencia-se a complexidade das relações de poder estabelecidas em pleno contexto da epidemia de 1919, as quais orbitavam não somente em torno do âmbito da saúde pública, uma vez que envolviam questões espinhosas relativas à política local.

Por vezes a ficção se confunde com a realidade, haja vista que a literatura ficcional nos leva a refletir acerca dos fatos vivenciados por outros, no passado, e por nós, no tempo presente. Tecendo um enredo que trata de uma moléstia que se abateu sobre a cidade de Orã, na Argélia, Albert Camus, no clássico *A peste*, publicado originalmente em 1947, suscita uma crítica acerca da atitude de negação perante os surtos epidêmicos, postura que agravaria as crises sanitárias: “O flagelo não está à altura do homem; diz-se então que o flagelo é irreal, que é um sonho mal que vai passar. Mas nem sempre ele passa e, de sonho mau em sonho mal, são os homens que passam e os humanistas em primeiro lugar, pois não tomaram as suas precauções”.^{CIX} Paralelo semelhante pode ser evocado por meio do *Ensaio sobre a cegueira*, de autoria de José de Sousa Saramago, e lançado em 1995. Ao retomar a visão depois de uma epidemia de cegueira, dois personagens da trama – o “médico” e a “mulher do médico”, assim identificados – estabelecem um diálogo provocativo inserido pelo autor no desenlace da trama: “Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem”.^{CX}

Na “Barbosópolis”, havia quem visse; e por outro lado, quem se recusava a ver.

Considerações finais

A pesquisa objetivou investigar a problemática da constituição das relações de poder no tocante ao contexto específico de uma epidemia de febre amarela registrada em diversos estados da região Nordeste, sobretudo na Bahia, no decurso do ano de 1919. Buscou-se analisar de que

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

modo o poder público de Sergipe lidou com as suspeitas da presença daquela doença entre os sergipanos e com as notificações de uma Comissão Sanitária designada pelo Governo Federal para oferecer assistência aos médicos locais no quesito profilático. Constatou-se, nesse ínterim, o desacordo entre as autoridades governamentais e sanitárias no que se refere aos diagnósticos, o que acarretava indefinições sobre os casos suspeitos e atravancava a sua confirmação.

Matérias publicadas em periódicos sergipanos à época dos fatos forneceram um quadro razoavelmente detalhado da progressão da epidemia, trazendo à tona a referida dissonância de posicionamentos. Levando-se em conta a ineficiência da estrutura médico-hospitalar do estado e os poucos recursos financeiros destinados à área da saúde pública, aventou-se, pois, a hipótese de que a gestão local teria se esquivado da responsabilidade de enfrentar e combater um novo surto pestilencial poucos meses depois da crise sanitária ocasionada pela gripe espanhola.

Não há, entretanto, possibilidade de determinar qual das teses conflitantes era a correta, haja vista que certos argumentos suscitados por ambas as partes da contenda soavam plausíveis. Posto isso, ressalta-se a inviabilidade de se atestar com precisão se o “mal amarílico” grassou ou não em território sergipano durante a epidemia em questão. Fato inelutável é que o problema da insalubridade, presente na capital e nos demais municípios do estado, favorecia a propagação de uma sorte de doenças, e a debilidade do aparelhamento sanitário o tornava insuficiente para evitar a ocorrência dos surtos epidêmicos. Diante das incertezas que pairavam sobre a presença da febre amarela no estado, perdurava a discordância entre as autoridades, enquanto a sociedade vivia continuamente atemorizada pelas pestes.

Notas

^IGraduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

^{II} As crises sanitárias em questão se referem aos surtos decorrentes das chamadas doenças pestilenciais, que se abateram sobre o estado de Sergipe anteriormente à ocorrência da epidemia de febre amarela de 1919, dentre as quais podemos citar a varíola, a malária, o cólera e o sarampo, além da própria febre amarela, que já se manifestara epidemicamente. Como se mencionará adiante, a epidemia de gripe espanhola, em 1918, também evidenciou o despreparo do poder público sergipano e a situação precária dos órgãos de saúde locais. Ver: SANTANA, Antonio Samarone. *As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios*. Aracaju: O autor, 2001.

^{III} “Gripe espanhola” se refere a um tipo de influenza com elevada capacidade de mutação, que teria sido notificado pela primeira vez em uma base militar dos Estados Unidos entre fevereiro e março de 1918, e que logo se espalhou internacionalmente no contexto das operações militares da Primeira Guerra Mundial. A nomenclatura da doença se popularizou dessa maneira devido ao fato de a Espanha – nação neutra no referido conflito – ter dado publicidade aos casos registrados no seu território sem aparatos de censura comuns entre os países diretamente envolvidos na guerra. No Brasil, a “espanhola” começou a ser propagada em setembro de 1918, a partir de passageiros infectados do navio *Demerara*, procedente de Liverpool, na Inglaterra. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

^{IV} “Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 7 de setembro de 1919, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 13ª Legislatura, pelo coronel dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado”, *Estado de Sergipe*, 23/9/1919, p. 1.

^V BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

^{VI} LÖWY, Ilana. *Virus, mosquitos e a modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

^{VII} CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

^{VIII} SANTANA, Antonio Samarone. Op. cit.

^{IX} SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

- ^X VARELLA, Drauzio. *O médico doente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ^{XI} SOUSA, Antonio Lindvaldo. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. *Ponta de Lança*, ano 4, abr./out. 2011.
- ^{XII} “Saneamento de Aracaju”, *Século XX*, 6/7/1919, p. 1. Esta e todas as outras citações de jornais se encontram aqui transcritas conforme o Acordo Ortográfico atualmente vigente.
- ^{XIII} “Saneamento de Aracaju – NOVAS CONSIDERAÇÕES”, *Século XX*, 20/7/1919, p. 1.
- ^{XIV} “AINDA – o saneamento de Aracaju”, *Século XX*, 29/7/1919, p. 1.
- ^{XV} CHALHOUB, Sidney. Op. cit., pp. 23-34.
- ^{XVI} *Ibid.*, p. 34.
- ^{XVII} SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., p. 22.
- ^{XVIII} *Ibid.*, p. 22.
- ^{XIX} *Ibid.*, pp. 22-7.
- ^{XX} *Ibid.*, p. 23.
- ^{XXI} *Ibid.*, p. 23.
- ^{XXII} LÖWY, Ilana. Op. cit., pp. 105-6.
- ^{XXIII} PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1923 [1918]. (p. 26).
- ^{XXIV} *Ibid.*, p. 25.
- ^{XXV} SANTANA, Antonio Samarone. Op. cit., p. 51.
- ^{XXVI} *Ibid.*, pp. 117-8.
- ^{XXVII} *Ibid.*, p. 160.
- ^{XXVIII} SOUSA, Antonio Lindvaldo. Op. cit., p. 48.
- ^{XXIX} SANTANA, Antonio Samarone. Op. cit., p. 128-133.
- ^{XXX} SOUSA, Antonio Lindvaldo. Op. cit., p. 49.
- ^{XXXI} SANTOS, Matheus Honorato da Silva. A gripe espanhola em Aracaju: sociedade, imprensa e poder público no contexto de progressão da influenza (1918-1919). *Boletim Historiar*, v. 10, n. 3, jul./set. 2023, pp. 54-72.
- ^{XXXII} SANTANA, Antonio Samarone. Op. cit., p. 157-8.
- ^{XXXIII} “Assistência e alimentação”, *O Imparcial*, 12/11/1918, p. 1.
- ^{XXXIV} *Ibid.*, p. 197.
- ^{XXXV} LÖWY, Ilana. Op. cit., p. 95.
- ^{XXXVI} REGO, José Pereira. *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Posfácio de Sidney Chalhou. São Paulo: Chão Editora, 2020.
- ^{XXXVII} *Ibid.*, p. 46.
- ^{XXXVIII} *Ibid.*, p. 44.
- ^{XXXIX} *Ibid.*, pp. 56-61, 80.
- ^{XL} *Ibid.*, pp. 135-6.
- ^{XLI} *Ibid.*, pp. 137-8.
- ^{XLII} *Ibid.*, p. 147.
- ^{XLIII} *Ibid.*, p. 154.
- ^{XLIV} *Ibid.*, p. 166.
- ^{XLV} VARELLA, Drauzio. Op. cit., p. 61.
- ^{XLVI} BENCHIMOL, Jaime Larry. Op. cit., p. 53.
- ^{XLVII} *Ibid.*, p. 59.
- ^{XLVIII} *Ibid.*, p. 75.
- ^{XLIX} *Ibid.*, p. 84.
- ^L *Ibid.*, p. 233.
- ^{LI} *Ibid.*, p. 283.
- ^{LII} *Ibid.*, p. 339.
- ^{LIII} *Ibid.*, pp. 383-4.
- ^{LIV} LÖWY, Ilana. Op. cit., p. 15.
- ^{LV} *Ibid.*, p. 15.
- ^{LVI} *Ibid.*, p. 123.
- ^{LVII} *Ibid.*, p. 134.
- ^{LVIII} *Ibid.*, p. 138.
- ^{LIX} *Ibid.*, p. 139.
- ^{LX} *Ibid.*, pp. 149-150.
- ^{LXI} *Ibid.*, p. 151.
- ^{LXII} *Ibid.*, pp. 176-180.

FEBRE AMARELA EM SERGIPE: RELAÇÕES DE PODER NO CONTEXTO DA
EPIDEMIA DE 1919

SANTOS, M. H. S.

- LXIII PORTO, Fernando Figueiredo. *A cidade do Aracaju – 1855-1865: ensaio de evolução urbana*. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe; FUNDESC, 1991. (p. 37).
- LXIV “AINDA – o saneamento de Aracaju”, *Século XX*, 29/7/1919, p. 1.
- LXV VARELLA, Drauzio. Op. cit., p. 67.
- LXVI “Febre amarela”, *Diario da Manhã*, 9/3/1919, p. 1.
- LXVII “Febre amarela”, *Diario da Manhã*, 31/5/1919, p. 1.
- LXVIII SANTANA, Antonio Samarone. Op. cit., pp. 153-4.
- LXIX “A influenza espanhola – Notas sobre a sua propagação”, *Diario da Manhã*, 12/11/1918, p. 1.
- LXX SANTANA, Antonio Samarone. Op. cit., p. 154.
- LXXI “Febre amarela”, *Diario da Manhã*, 10/6/1919, p. 1.
- LXXII “Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública – Expediente do dia 14/5”, *Estado de Sergipe*, 15/5/1919, p. 1.
- LXXIII “Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública – Expediente do dia 15/5”, *Estado de Sergipe*, 16/5/1919, p. 2.
- LXXIV Idem.
- LXXV “Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública – Expediente do dia 26/5”, *Estado de Sergipe*, 29/5/1919, p. 2.
- LXXVI “Febre amarela no Ceará”, *Jornal do Povo*, 31/3/1919, p. 1.
- LXXVII “A febre amarela na Bahia”, *Jornal do Povo*, 28/4/1919, p. 2.
- LXXVIII “Telegramas – Combate-se a febre amarela em Pernambuco”, *O Imparcial*, 14/6/1919, p. 2.
- LXXIX “Telegramas – Também a ‘amarela’ no Rio Grande do Norte”, *O Imparcial*, 14/6/1919, p. 2.
- LXXX “Missão médica para Sergipe”, *Jornal do Povo*, 15/5/1919, p. 1.
- LXXXI “A Comissão Sanitária Federal encetou os serviços de profilaxia”, *O Imparcial*, 6/6/1919, p. 1.
- LXXXII “Serviço Federal de Profilaxia”, *Correio de Aracaju*, 6/6/1919, p. 1.
- LXXXIII “A Comissão Sanitária Federal em Sergipe e a febre amarela”, *O Imparcial*, 7/6/1919, p. 1.
- LXXXIV “A Comissão Sanitária Federal e as sugestões ‘amarilicas’ em Sergipe”, *O Imparcial*, 9/7/1919, p. 1.
- LXXXV “A missão médica federal”, *Estado de Sergipe*, 8/6/1919, p. 2.
- LXXXVI Outra grafia do nome do engenheiro alemão pode ser encontrada, por exemplo, no número de 9 de junho d’*O Imparcial*, onde se lê “Christolf Wolt”.
- LXXXVII “A missão médica federal”, *Estado de Sergipe*, 8/6/1919, pp. 2-3.
- LXXXVIII Idem.
- LXXXIX Idem.
- XC Idem.
- XCI Idem.
- XCII “Febre amarela”, *Diario da Manhã*, 10/6/1919, p. 1.
- XCIII “Febre amarela”, *Diario da Manhã*, 11/6/1919, p. 2.
- XCIV “Febre amarela – um telegrama do chefe da Comissão Sanitária”, *Diario da Manhã*, 18/6/1919, p. 1.
- XCv “Notas e fatos”, *Correio de Aracaju*, 19/6/1919, p. 1.
- XCvi “Comissão Sanitária Federal – ATA da sessão realizada em 2 de junho de 1919, na sede da Comissão Sanitária Federal, à rua do Geru, pela classe médica do estado de Sergipe, convocada para a discussão do problema da febre amarela e da sua profilaxia”, *Estado de Sergipe*, 8/6/1919, p. 4.
- XCvii “Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública – Expediente do dia 12/6”, *Estado de Sergipe*, 13/6/1919, p.1.
- XCviii “Diretoria Geral de Higiene e Saúde Pública – Expediente do dia 16/6”, *Estado de Sergipe*, 17/6/1919, p.1.
- XCix “Estado sanitário de Aracaju”, *Diario da Manhã*, 16/7/1919, p. 2.
- C “Palavras do dr. Theophilo Torres sobre a febre amarela”, *O Imparcial*, 18/6/1919, p. 1.
- CI “Pela Higiene”, *Diario da Manhã*, 11/6/1919, p. 2.
- CII “E foi também roubada a Sanitária Federal”, *O Imparcial*, 23/6/1919, p. 2.
- CIII “O dr. Leopoldo Prado enfermou”, *Correio de Aracajú*, 17/6/1919, p. 1.
- CIV “A ‘Sanitária Federal’ vai ter outro auxiliar”, *O Imparcial*, 17/6/1919, p. 1.
- CV “Pela saúde pública – com a Higiene”, *Correio de Aracajú*, 22/6/1919, p. 1.
- CVI “A febre amarela – mais algumas palavras”, *Diario da Manhã*, 26/6/1919, p. 1.
- CVII “A mosca”, *Correio de Aracajú*, 29/6/1919, p. 1.
- CVIII “A influência da cor na visualidade das moscas”, *O Imparcial*, 2/7/1919, p. 1.
- CIX CAMUS, Albert. *A peste*. 41ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2024. (p. 40).
- CX SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. (p. 377).

Referências bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.

CAMUS, Albert. **A peste**. 41ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2024.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LÖWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e a modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PENNA, Belisário. **Saneamento do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1923 [1918].

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade do Aracaju – 1855-1865: ensaio de evolução urbana**. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe; FUNDESC, 1991.

REGO, José Pereira. **História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850**. Posfácio de Sidney Chalhoub. São Paulo: Chão Editora, 2020.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Aracaju: O Autor, 2001.

SANTOS, Matheus Honorato da Silva. A gripe espanhola em Aracaju: sociedade, imprensa e poder público no contexto de progressão da influenza (1918-1919). **Boletim Historiar**, São Cristóvão, v. 10, n. 3, pp. 54-72, jul./set. 2023.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.); SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**; 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 (pp. 7-48).

SOUSA, Antonio Lindvaldo. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. **Ponta de Lança**, São Cristóvão, ano 4, pp. 45-53, abr./out. 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/1685>. Acesso em: 12 ago. 2024.

VARELLA, Drauzio. **O médico doente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Fontes

Periódicos

Correio de Aracajú – 1919;

Diario da Manhã – 1919;

Diario Oficial do Estado de Sergipe – 1919;

Estado de Sergipe – 1919;

Jornal do Povo – 1919;

O Imparcial – 1918, 1919;

Século XX – 1919.